

**CÂMARA DOS TOPÓGRAFOS**

**ESTATUTOS**

**E**

**NORMAS DEONTOLÓGICAS**

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Artigo 1º**

(Denominação, natureza e sede)

1. A Câmara dos Topógrafos, adiante designada por “Câmara”, é a associação pública profissional a quem compete representar, mediante inscrição obrigatória, os Topógrafos que exerçam a sua profissão no território nacional.
2. A Câmara é independente dos órgãos do estado e tem autonomia administrativa, patrimonial e financeira.
3. A Câmara tem a sua sede nacional em Lisboa
4. A Câmara é uma pessoa colectiva de direito público e rege-se pelas leis administrativas, no que respeita às suas atribuições e ao exercício dos poderes públicos de que goza, regendo-se no mais pelas normas de direito privado, nomeadamente nas relações laborais com o seu pessoal e nas suas relações contratuais com terceiros, com as necessárias adaptações.

#### **Artigo 2º**

(Atribuições)

1. A Câmara tem como missão fundamental contribuir para o progresso da Topografia, ao serviço do bem comum, estimulando os esforços dos seus associados nos domínios científico, profissional e social, dentro de uma actuação deontologicamente dignificante.
2. Na prossecução daquela missão exerce a Câmara, nos termos da lei, as seguintes atribuições:

- a) Promover o desenvolvimento e bem-estar da sociedade, através da salvaguarda do adequado exercício da profissão de Topógrafo;
- b) Admitir a inscrição dos Topógrafos e conceder a Carteira Profissional;
- c) Regular a profissão de Topógrafo através da adopção de medidas necessárias ao adequado exercício profissional;
- d) Defender a ética, a deontologia e a qualificação profissional dos Topógrafos;
- e) Fomentar e defender os interesses dos Topógrafos nomeadamente no campo social, cultural e profissional;
- f) Assumir, no seu âmbito, a apresentação e defesa dos valores da topografia portuguesa;
- g) Promover o reconhecimento do valor social da profissão e capacidade de intervenção dos Topógrafos na sociedade;
- h) Fomentar o desenvolvimento da topografia e do seu ensino;
- i) Contribuir para a estruturação das carreiras dos Topógrafos;
- j) Proteger a profissão de Topógrafo, promovendo procedimento judicial contra quem a exerça ilegalmente;
- k) [Reconhecer qualificações profissionais obtidas fora do território nacional, para o exercício da profissão de Topógrafo em Portugal;](#)
- l) Dinamizar a cooperação e solidariedade entre os seus associados;
- m) Valorizar a qualificação profissional dos Topógrafos pela participação activa na formação pós-qualificação, emitindo os competentes diplomas e títulos profissionais;
- n) Prestar a colaboração técnica e científica que lhe for solicitada, por entidades públicas ou privadas, em matérias de interesse público;
- o) Contribuir para a defesa e promoção dos Topógrafos, emitindo parecer sobre projectos de diplomas legislativos que interessem a prossecução dos seus fins institucionais e, em especial, ao exercício da profissão.

- p) Fazer respeitar as regras deontológicas, exercer jurisdição disciplinar sobre todos os Topógrafos nacionais e estrangeiros que exerçam profissão em território nacional.
- q) Promover intercâmbio de ideias e experiências entre os seus membros e com organismos congéneres estrangeiros, bem como acções de coordenação interdisciplinar, quer ao nível de formação e investigação, quer ao nível da prática profissional.
- r) Colaborar, patrocinar e promover a edição de publicações conformes aos seus objectivos e que contribuam para melhor esclarecimento público sobre as implicações e a relevância da topografia.
- s) Colaborar com escolas, com faculdades, institutos e outras instituições em todas as iniciativas que visem a formação do Topógrafo.
- t) Estimular e colaborar na organização e regulamentação de concursos que se enquadrem nos seus objectivos e participar nos seus júris.
- u) Organizar e prestar serviços úteis aos seus associados.
- v) Elaborar e manter actualizado um registo profissional dos Topógrafos.

### Artigo 3º

#### (Âmbito)

1. A Câmara tem âmbito nacional, sem prejuízo do desenvolvimento e prossecução das suas atribuições a nível regional.
2. As delegações regionais, correspondentes às áreas dos actuais distritos administrativos, são as seguintes:
  - a) Região Norte: Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, com sede no Porto.
  - b) Região Centro: Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, com sede em Coimbra.

c) Região Sul: Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, com sede em Lisboa.

d) Região Açores: Região Autónoma dos Açores, com sede em Ponta Delgada.

e) Região Madeira: Região Autónoma da Madeira, com sede no Funchal.

#### Artigo 4º

(Insígnias)

A Câmara tem direito a adoptar e usar símbolo, estandarte e selo próprios, conforme modelo aprovado em Assembleia de Representantes, sob proposta do Conselho Nacional.

#### Artigo 5º

(Representação)

1. A Câmara será representada, em juízo e fora dele, pelo seu Presidente.
2. A Câmara pode constituir-se assistente nos processos penais relativos ao exercício da profissão ou ao desempenho de cargos dos seus órgãos, **salvo quando se trate de factos que envolvam responsabilidade disciplinar.**

#### Artigo 6.º

(Cooperação)

1. A Câmara pode constituir associações de direito privado e outras formas de cooperação com entidades afins, nacionais ou estrangeiras, especialmente no âmbito da União Europeia, do Espaço Económico Europeu e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Para melhor desempenho das suas atribuições, a Câmara pode estabelecer acordos de cooperação com outras entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, ressalvadas as entidades de natureza sindical ou política.
3. A Câmara deve prestar e solicitar às associações públicas profissionais ou autoridades administrativas competentes dos outros Estados membros e à Comissão Europeia assistência mútua e tomar as medidas necessárias para cooperar eficazmente, no âmbito dos procedimentos relativos a prestadores de serviços já estabelecidos em outro Estado membro, nos termos dos artigos 26.º a 29.º do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho, do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de Março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de Agosto e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 19.º da Directiva n.º 2000/31/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa a certos aspectos legais dos serviços da sociedade da informação, em especial do comércio electrónico, no mercado interno, nomeadamente através do Sistema de Informação do Mercado Interno.
4. Em matéria de reconhecimento das qualificações profissionais, a Câmara exerce as competências previstas no n.º 9 do artigo 47.º e no n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de Março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de Agosto, sob a coordenação da entidade que exerça as atribuições previstas no artigo 52.º da Lei n.º 9/2009, de 4 de Março, alterada pela Lei n.º 41/2012, de 28 de Agosto.

## **CAPÍTULO II**

### **MEMBROS**

#### **ARTIGO 7º**

(Categorias de membros)

A Câmara terá as seguintes categorias de membros:

- f) Membro efectivo;
- g) Membro honorário;

- h) Membro estudante;
- i) Membro correspondente.

## Artigo 8º

### (Inscrição)

O exercício da profissão de Topógrafo depende de inscrição como membro efectivo da Câmara, com excepção daqueles que exerçam funções no Organismo que exerça as prerrogativas de autoridade nacional nos domínios da geodesia, cartografia e cadastro.

## Artigo 9º

### (Membros efectivos)

1. A inscrição de membros efectivos depende da titularidade de certificado ou diploma do Curso de Engenheiro Topógrafo, Topógrafo ou Topógrafo Geómetra de nível III ou IV, ou documento comprovativo da actividade de Topógrafo, à data de admissão ou à data da sua aposentação, no caso de serem reformados.
2. A inscrição de membros efectivos efectua-se nos termos previstos em Regulamento a aprovar pela Assembleia de Representantes, com observância do disposto no presente Estatuto e demais legislação aplicável.
3. Cabe ao Conselho Nacional deliberar sobre os pedidos de inscrição de membros efectivos.
4. A inscrição como membro efectivo corresponde à emissão da carteira profissional.
5. Cabe recurso para a Assembleia de Representantes das decisões do Conselho Nacional que recusem a inscrição como membro efectivo.

## Artigo 10º

(Nacionais de outros Estados)

1 – Podem inscrever-se na Câmara, para efeito do exercício em Portugal da profissão de Topógrafo, os nacionais de outros Estados membros da União Europeia quando titulares das habilitações académicas e profissionais requeridas legalmente para o exercício desta profissão no respectivo Estado de origem.

2 – Podem inscrever-se na Câmara, para efeito do exercício em Portugal da profissão de Topógrafo, os nacionais de outros Estados, em condições de reciprocidade, devendo para o efeito obter previamente equiparação nos termos legalmente aplicáveis.

## Artigo 11º

(Membros honorários)

Podem ser admitidos na qualidade de membros honorários, pela Assembleia de Representantes, sob proposta do Conselho Nacional, [pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras](#) que exerçam ou tenham exercido actividades de reconhecido interesse público, no âmbito da topografia, ou em prol da Câmara.

## ARTIGO 12º

(Membros correspondentes)

Podem ser admitidos como membros correspondentes, pelo Conselho Nacional:

- a) Profissionais com grau académico idêntico ou superior que, não exercendo a profissão de Topógrafo nem tendo a respectiva formação escolar,



exerçam actividades afins e apresentem um curriculum valioso, como tal reconhecido pela Direcção Nacional;

b) Membros de associações equivalentes estrangeiras que confirmem igual tratamento aos membros da Câmara;

c) Profissionais de topografia diplomados por escolas portuguesas cujo diploma dê acesso à categoria de membro efectivo e que exerçam a sua actividade no estrangeiro.

d) Firmas de material topográfico ou de serviços, na área da topografia ou com ela relacionada.

### ARTIGO 13º

(Membros estudantes)

1. Os estudantes das escolas de topografia cujo diploma confira acesso a membro efectivo podem ser admitidos, pelo Conselho Nacional, na qualidade de membros estudantes.
2. Os membros estudantes que concluem os seus estudos, ou os abandonem antes da conclusão, devem requerer ao Conselho Nacional a mudança de categoria ou a perda da qualidade de membro.

### ARTIGO 14º

(Exclusão e suspensão de membros)

1. Perdem a qualidade de membro da Câmara aqueles que requerem voluntariamente o cancelamento da inscrição.
2. Perdem ainda a qualidade de membro aqueles a quem seja aplicada pena de expulsão, na sequência de processo disciplinar.

3. A perda de qualidade de membro implica a obrigação de deixar de poder invocar o título profissional de Topógrafo e de exercer as correspondentes funções.

4. É suspensa a inscrição na Câmara daqueles que:

- a) O requeiram.
- b) Sejam punidos com pena de suspensão na sequência de processo disciplinar.
- c) Estejam em situação incompatível com o exercício da profissão.

### **CAPÍTULO III**

### **ORGANIZAÇÃO**

#### **SECÇÃO I**

#### **Disposições Gerais**

#### **ARTIGO 15º**

#### **(Órgãos)**

1. São órgãos da Câmara a nível nacional:

- a) A Assembleia de Representantes.
- b) O Presidente.
- c) O Conselho Nacional.
- d) O Conselho de Jurisdição.
- e) O Conselho Fiscal.

2. São órgãos da Câmara a nível regional:

- a) A Assembleia Regional.
- b) O Conselho Regional.

## ARTIGO 16º

### (Exercício de competências)

As competências dos órgãos nacionais da Câmara devem ser exercidas de forma a estimular a iniciativa das delegações regionais, preservando contudo:

- a) O carácter nacional da Câmara, enquanto associação que representa os Topógrafos Portugueses;
- b) A necessidade de unidade da classe;
- c) O respeito pela individualidade e autonomia das delegações regionais;
- d) A necessidade de integrar as acções regionais, inserindo-as em planos nacionais.

## ARTIGO 17º

### (Condições de elegibilidade)

1. Só podem ser eleitos para os órgãos da Câmara os membros efectivos com inscrição em vigor, no pleno gozo dos seus direitos e sem punição disciplinar mais grave que a advertência.
2. Apenas podem ser eleitos para o Conselho de Jurisdição os Topógrafos com mais de 8 anos de exercício de profissão.
3. Apenas podem ser eleitos para o cargo de Presidente os membros que contem um tempo de exercício profissional não inferior a 8 anos.
4. O exercício das funções executivas, disciplinares e de fiscalização é incompatível entre si.

5. O cargo de titular de órgão da Câmara é incompatível com o exercício de quaisquer funções dirigentes na função pública e com qualquer outra função com a qual se verifique um manifesto conflito de interesses.

## Artigo 18º

### (Apresentação de candidaturas)

1. A eleição para os órgãos da Câmara depende da apresentação de candidaturas ao presidente da mesa da Assembleia de Representantes ou aos presidentes das mesas das Assembleias Regionais, consoante se trate, respectivamente, de eleições para os órgãos nacionais ou para os órgãos regionais;
2. O prazo para apresentação de listas, que serão individualizadas para cada órgão, decorrerá até 31 de Outubro do ano imediatamente anterior ao início do período do mandato;
3. As propostas são subscritas por um mínimo de 30 membros efectivos, com inscrição em vigor quanto às candidaturas para os órgãos nacionais, e por um mínimo de 10, quanto às candidaturas para os órgãos regionais;
4. As propostas devem conter a identificação dos subscritores e a dos candidatos, a indicação dos candidatos a cada órgão e o respectivo programa de acção;
5. As propostas para os órgãos da Câmara devem indicar o candidato a presidente do respectivo órgão.

## Artigo 19º

### (Data das eleições)

1. As eleições para os órgãos nacionais e regionais da Câmara realizam-se de 1 a 15 do mês de Dezembro do último ano do mandato, na data que for designada pelo presidente da Assembleia de Representantes, sob proposta do presidente do Conselho Nacional, ouvidos os presidentes dos Conselhos Regionais;

2. A Assembleia Eleitoral é convocada pelo Presidente da Mesa da Assembleia de Representantes, através de anúncios publicados em dois jornais diários e de grande circulação e no site da Câmara, com a antecedência mínima de 30 dias relativamente à data do acto eleitoral.

3. As eleições para os órgãos nacionais e regionais decorrem em simultâneo, na mesma data;

## Artigo 20.º

### (Assembleia Eleitoral)

1. A Assembleia Eleitoral funciona em secções eleitorais, uma em cada Conselho Regional, assumindo as mesas das assembleias regionais funções de mesas de voto.
2. Sempre que tal se justifique, a Comissão Eleitoral pode constituir outras secções de voto, fixando a composição das mesas de voto respectivas.
3. A convocatória da Assembleia Eleitoral fixa o horário de funcionamento das secções de voto, por período não inferior a seis horas.

## Artigo 21º

### (Comissão eleitoral)

1. Com a marcação da data das eleições é designada uma comissão eleitoral independente, a eleger pela Assembleia de Representantes, por maioria qualificada de dois terços dos seus votos.

2. À comissão eleitoral compete:

a) Confirmar a correcção dos ficheiros de inscritos e mandar afixar os cadernos eleitorais;

b) Apreciar reclamações sobre os cadernos eleitorais;

- c) Verificar a regularidade das candidaturas;
- d) Promover a fiscalização do processo eleitoral;
- e) Decidir sobre reclamações no processo eleitoral;

3. Dos actos da comissão eleitoral cabe recurso para a mesa da Assembleia de Representantes.

## Artigo 22º

(Exercício do direito de voto)

1. Apenas têm direito a voto os membros efectivos com inscrição em vigor e no pleno exercício dos seus direitos;

2. O voto é secreto, podendo ser exercido pessoalmente ou por correspondência, caso em que será dirigido ao presidente da mesa da Assembleia de Representantes ou Regional, consoante se trate da eleição para os órgãos nacionais ou regionais;

3. No caso do voto por correspondência, o boletim é encerrado em sobrescrito acompanhado de carta com assinatura do votante, [devidamente reconhecida pelo Conselho Regional a que pertence ou por qualquer outra entidade com competência para o reconhecimento de assinaturas, nos termos da lei geral.](#)

## ARTIGO 23º

(Duração e remuneração dos mandatos)

1. [Os titulares dos órgãos da Câmara são eleitos para mandatos de três anos, podendo ser reeleitos apenas por uma vez.](#)

2. O exercício de mandato do Presidente, dos membros do Conselho Nacional e dos Conselhos Regionais é remunerado, em termos a definir por regulamento interno.

## ARTIGO 24º

(Extinção do mandato)

São causas de extinção do mandato dos titulares dos órgãos da Câmara:

- a) A perda da qualidade de membro da Câmara.
- b) O pedido de **renúncia**, por motivo de força maior devidamente fundamentado.
- c) A decisão definitiva proferida em processo disciplinar que determine a aplicação de sanção disciplinar mais grave que a advertência.

## Artigo 25.º

(Substituições)

1. No caso de renúncia ou caducidade do mandato, por motivo disciplinar ou por morte, do presidente de órgão colegial da Câmara, o respectivo órgão, na primeira reunião ordinária subsequente ao facto, elege, de entre os seus membros um novo presidente e coopta um novo membro.
2. No caso de renúncia ou caducidade do mandato, por motivo disciplinar ou por morte, de outros membros dos órgãos colegiais da Câmara, o respectivo órgão coopta um novo membro.
3. Nos casos previstos nos números anteriores os substitutos exercem funções até ao termo do mandato do respectivo antecessor.

## **SECÇÃO II**

### **Assembleia de Representantes**

#### **ARTIGO 26º**

(Composição e eleição)

1. A Assembleia de Representantes é composta por um número mínimo de 20 e máximo de 50 membros, nos termos do regulamento eleitoral.

2. Os membros da Assembleia são eleitos por sufrágio universal, directo e secreto dos membros efectivos, com inscrição em vigor e no pleno exercício dos seus direitos.

3. Os membros da Assembleia são eleitos pelo sistema de representação proporcional, nos círculos eleitorais correspondentes à circunscrição das delegações regionais.

#### **ARTIGO 27º**

(Competências)

1. À Assembleia de Representantes compete:

- a) Aprovar projectos de alteração dos Estatutos;
- b) Aprovar anualmente o relatório sobre o desempenho das atribuições da Câmara, a apresentar à Assembleia da República e ao Governo, sob proposta do Conselho Nacional;
- c) Aprovar anualmente o relatório e as contas do exercício, tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal;
- d) Aprovar o plano de actividades e o orçamento;
- e) Exercer o poder regulamentar da Câmara;



- f) Resolver as dúvidas surgidas na interpretação deste Estatuto;
- g) Aprovar, por maioria absoluta, o montante das quotizações dos membros e das taxas a cobrar pelos serviços prestados, sob proposta do Conselho Geral;
- h) Aprovar a celebração de protocolos com associações congéneres e o teor dos mesmos;
- i) Eleger o Conselho Nacional;
- j) Eleger a Mesa.

## ARTIGO 28º

### (Mesa da Assembleia de Representantes)

1. Compete à Mesa da Assembleia de Representantes convocar e orientar os trabalhos;
2. A Mesa da Assembleia de Representantes é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e dois Secretários;
3. Em caso de impedimento, o Presidente designa o Vice-Presidentes para o substituir; na falta de designação, a Assembleia elege um Presidente para a sessão.

## ARTIGO 29º

### (Reuniões)

1. A Assembleia de Representantes reúne ordinariamente duas vezes por ano, uma em Março para discussão e votação do relatório e contas do ano anterior e outra em Novembro para discussão e votação do orçamento e plano de actividades para o ano seguinte.

2. A Assembleia de Representantes reúne extraordinariamente, sempre que a mesa o decida ou for requerido pelo Presidente, pelo Conselho Nacional, pelo Conselho de Jurisdição, pelo Conselho Fiscal, ou sempre que um mínimo de 5% de membros efectivos no pleno gozo dos seus direitos o requeira à mesa.

3. As reuniões da Assembleia de Representantes são convocadas pelo presidente da respectiva mesa nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo para a convocatória de órgãos colegiais.

### **SECÇÃO III**

#### **Presidente**

#### **ARTIGO 30º**

(Presidente da Câmara dos Topógrafos)

O Presidente da Câmara dos Topógrafos é um órgão autónomo e preside, por inerência, ao **Conselho Nacional**.

#### **ARTIGO 31º**

(Competências)

Compete ao Presidente da Câmara dos Topógrafos:

- a) Representar a Câmara em juízo e fora dele;
- b) Zelar pelo cumprimento do presente Estatuto e dos regulamentos internos;
- c) Participar, querendo, nas reuniões dos restantes órgãos da Câmara, com excepção do Conselho de Jurisdição;
- d) Convocar, abrir, encerrar e presidir às reuniões do Conselho Nacional;

e) Decidir, com voto de qualidade, eventuais empates nas votações do Conselho Nacional;

f) Coordenar as actuações dos membros do Conselho Nacional, sem prejuízo das competências de cada um;

## ARTIGO 32º

### (Eleição)

1. O Presidente da Câmara é eleito por **sufrágio universal, directo, periódico e secreto** dos membros efectivos, com inscrição em vigor e no pleno exercício dos seus direitos.

2. Será eleito o candidato que obtiver mais de metade dos votos validamente expressos.

3. Se nenhum dos candidatos obtiver tal resultado, proceder-se-á a uma segunda votação, no prazo máximo de 21 dias após a primeira, à qual se apresentarão apenas os dois candidatos mais votados.

## SECÇÃO IV

### Conselho Nacional

## ARTIGO 33º

### (Composição)

1. O Conselho Nacional é o órgão executivo da Câmara, presidido pelo Presidente e composto por cinco vice-presidentes, sendo cada um o Presidente das Delegações Regionais e quinze vogais, eleitos directamente pela Assembleia de Representantes.

2. Na primeira sessão de cada triénio o Conselho Nacional elege, de entre os seus vogais, um ou mais secretários e um tesoureiro.

ARTIGO 34º  
(Competências)

Compete ao Conselho Nacional:

- a) [Dirigir os serviços da Câmara de âmbito nacional.](#)
- b) Definir a posição da Câmara perante os órgãos de soberania e da administração pública no que se relacione com a prossecução dos seus fins institucionais;
- c) Emitir parecer sobre projectos de diplomas legislativos que interessem ao exercício da profissão de Topógrafo e propor as alterações legislativas que se entendam por convenientes, ouvidos os Conselhos Regionais;
- d) Exercer todas as atribuições que não sejam da competência de outros órgãos;
- e) Elaborar e submeter à apreciação da Assembleia de Representantes, o relatório anual sobre o desempenho das atribuições da Câmara, a apresentar à Assembleia da República e ao Governo;
- f) Elaborar e submeter à apreciação da Assembleia de Representantes, o plano anual de actividades, o orçamento, o relatório de actividades e as contas do exercício.
- g) Propor à Assembleia de Representantes os montantes das quotas e taxas a cobrar pela Câmara, tendo por base um estudo que fundamente adequadamente os montantes propostos, observados os requisitos substantivos previstos na lei geral sobre taxas e outras contribuições da administração pública;
- h) [Executar as deliberações da Assembleia de Representantes;](#)
- i) [Definir a percentagem do montante das quotas a atribuir aos Conselhos Regionais, com prévia audição destes;](#)

j) Desenvolver uma actividade orientada para a prossecução dos objectivos da Câmara, para o seu prestígio e da classe e para o integral cumprimento das directrizes emanadas dos órgãos competentes;

k) Definir as grandes linhas de actuação comum a serem seguidas pelas delegações regionais;

l) Desenvolver as relações internacionais da Câmara;

m) Administrar o património da Câmara;

n) Arrecadar receitas, satisfazer despesas, aceitar doações e legados feitos à Câmara e administrá-los, bem como alienar ou onerar bens próprios mediante aprovação da Assembleia de Representantes;

o) Cobrar as receitas gerais da Câmara e autorizar despesas de conta do orçamento geral;

p) Constituir comissões para a execução de tarefas ou estudos sobre assuntos de interesse da Câmara;

q) Admitir a inscrição dos membros, aceite provisoriamente pelas delegações regionais, e emitir as respectivas carteiras profissionais;

r) Propor à Assembleia de Representantes a qualidade de membro honorário;

s) Enviar aos Conselhos Regionais as listas dos sócios das respectivas regiões;

t) Apresentar à Assembleia de Representantes, para parecer ou deliberação, propostas sobre matéria de especial relevância para a Câmara;

u) Velar pela boa conservação, actualização e operacionalidade do registo geral de membros;

v) Admitir e demitir pessoal dos serviços de apoio aos órgãos nacionais;

w) Formular recomendações, de modo a procurar uniformizar, quanto possível, a actuação das delegações regionais.

x) Elaborar e aprovar o seu regimento.

**ARTIGO 35º****(Funcionamento)**

1.O Conselho Nacional reúne quando convocado pelo Presidente, por iniciativa deste, a solicitação de qualquer Delegação Regional ou da maioria absoluta dos seus membros e, pelo menos, uma vez por mês;

2.O Conselho Nacional só pode deliberar validamente desde que estejam presentes, pelo menos, a maioria absoluta dos seus membros, incluindo o Presidente ou um vice-presidente;

3.As deliberações são tomadas por maioria simples dos membros presentes, dispondo o Presidente de voto de qualidade.

**SECÇÃO V****Conselho de Jurisdição****ARTIGO 36º****(Composição)**

1. O Conselho de Jurisdição é o órgão jurisdicional da Câmara, independente relativamente aos demais órgãos, dotado de poderes disciplinares sobre os membros e poderes de controlo e revisão sobre os actos dos seus órgãos deliberativos e executivos.

2. O Conselho de Jurisdição é composto por nove membros, **eleitos por sufrágio universal, directo, secreto e periódico.**

3. O Presidente do Conselho de Jurisdição será o candidato a presidente proposto pela lista mais votada, **sendo os restantes membros eleitos pelo sistema de representação proporcional.**

4. O Conselho de Jurisdição elege, na primeira sessão de cada mandato, um vice-presidente e dois secretários.

#### ARTIGO 37º

##### (Funcionamento)

1. O Conselho de Jurisdição reúne por convocação do presidente, a solicitação do Conselho Nacional, do Conselho Fiscal, de uma Assembleia Regional ou de um Conselho Regional ou ainda por maioria dos seus membros;

2. O Conselho de Jurisdição só pode deliberar desde que esteja presente a maioria dos seus membros, incluindo o presidente ou o vice-presidente;

3. As deliberações do Conselho de Jurisdição são tomadas por maioria simples, dispondo o presidente ou o vice-presidente, na ausência do primeiro, de voto de qualidade.

#### ARTIGO 38º

##### (Competências)

Compete ao Conselho de Jurisdição:

**a)** Exercer o poder disciplinar sobre os membros da Câmara, nos termos previstos no presente Estatuto;

**b)** Resolver conflitos de competência entre órgãos sociais;

- c) Exercer funções consultivas a solicitação dos órgãos sociais e pronunciar-se sobre a sua acção em geral e, em especial, sobre as propostas de alteração dos estatutos e sobre os regulamentos;
- d) Deliberar sobre impedimentos e perda do cargo dos membros da Câmara e suspendê-los preventivamente, em caso de falta disciplinar;
- e) Elaborar e propor alterações ao regimento disciplinar para apresentação à aprovação da Assembleia de Representantes;
- f) Elaborar e aprovar o seu regimento.

## **SECÇÃO VI**

### **Conselho Fiscal**

#### **ARTIGO 39.º**

##### **Composição**

O Conselho Fiscal é composto por 3 membros – um Presidente e dois Vogais – eleitos por método de representação proporcional ao número de votos obtidos pelas listas de candidatura, sendo que:

- a) Dois membros são Topógrafos, um dos quais assumirá as funções de Presidente;
- b) Um membro é revisor oficial de contas, com inscrição em vigor na respetiva ordem profissional, sem antecedentes criminais no exercício das suas funções ou disciplinares.

#### **ARTIGO 40.º**

##### **(Competências)**

Compete ao Conselho Fiscal:



- a) Apreciar bimestralmente a contabilidade da Câmara, quer de âmbito nacional quer a respeitante aos Conselhos Regionais;
- b) Emitir parecer sobre o relatório, contas e orçamento anuais apresentados pelo Conselho Nacional e pelos Conselhos Regionais;
- c) Apresentar ao Conselho Nacional e aos Conselhos Regionais as propostas que considerar adequadas para a melhoria da situação patrimonial e financeira da Câmara;
- d) Emitir os pareceres que lhe sejam solicitados pelos outros órgãos da Câmara;
- e) Elaborar e aprovar o seu regimento;
- f) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei e pelo presente Estatuto e seus regulamentos.

## **SECÇÃO VII**

### **Assembleias Regionais**

#### **ARTIGO 41º**

##### **(Composição)**

As Assembleias Regionais são constituídas por todos os membros efectivos, com inscrição em vigor e no pleno gozo dos seus direitos, inscritos nas respectivas delegações regionais.

#### **ARTIGO 42º**

##### **(Mesa)**

As Assembleias Regionais serão dirigidas por uma Mesa constituída por um Presidente e dois Secretários, eleitos directamente pela Assembleia Regional.

ARTIGO 43º  
(Competências)

Compete às Assembleias Regionais:

- a) Eleger a mesa da Assembleia Regional;
- b) Eleger o Conselho Regional;
- c) Discutir e aprovar o orçamento, o relatório e as contas do Conselho Regional;
- d) Apreciar os actos de gestão do Conselho Regional;
- e) Apreciar assuntos que, no âmbito do presente Estatuto, lhe sejam submetidos.

ARTIGO 44º  
(Reuniões)

1. As Assembleias Regionais reúnem ordinariamente duas vezes por ano, uma em Março, para discussão e votação do relatório e contas do ano anterior e outra em Novembro para para discussão e votação do orçamento e plano de actividades para o ano seguinte.

2. As Assembleias Regionais reúnem extraordinariamente quando os respectivos Conselhos Regionais, por iniciativa própria, o considerem necessário, ou sempre que um mínimo de 5% de membros efectivos no pleno gozo dos seus direitos o requeira à Mesa.

3. À convocação e funcionamento das Assembleias Regionais aplica-se, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido para a Assembleia de Representantes.

## **SECÇÃO VIII**

### **Conselhos Regionais**

#### **ARTIGO 45º**

(Composição e eleição)

1. Os Conselhos Regionais são constituídos por um Presidente, um Vice-Presidente e cinco vogais, eleitos directamente pela Assembleia Regional.
2. Na primeira sessão de cada mandato o Conselho Regional elege, de entre os seus vogais, um ou mais secretários e um tesoureiro.

#### **ARTIGO 46º**

(Competências)

Compete ao Conselho Regional:

- a) Representar a Câmara no âmbito das suas atribuições e na sua área geográfica, designadamente perante os organismos oficiais regionais e locais;
- b) Definir a posição do Conselho Regional naquilo que se relaciona com a prossecução dos fins da Câmara;
- c) Cooperar com os demais órgãos da Câmara na prossecução das suas atribuições;
- d) Pronunciar-se sobre as questões de carácter profissional que se suscitem no âmbito da sua competência territorial;
- e) Submeter à aprovação da Assembleia Regional o plano e orçamento para o ano civil seguinte, o relatório e as contas do anterior e o relatório da actividade exercida durante esse período;

- f) Pronunciar-se, a solicitação do Conselho Nacional, sobre projectos de diplomas legislativos e regulamentos;
- g) Requerer a convocação das Assembleias Regionais;
- h) Executar as deliberações da Assembleia Regional;
- i) Arrecadar receitas e satisfazer despesas;
- j) Receber os pedidos de inscrição e registar provisoriamente membros;
- k) Remeter para confirmação ao Conselho Nacional as inscrições de membros provisoriamente recebidas;
- l) Propor a inscrição de membros honorários;
- m) Organizar e dirigir os respectivos serviços administrativos;
- n) Admitir e despedir o respectivo pessoal administrativo;
- o) Exercer as demais atribuições que as leis e os regulamentos lhe confirmam.

#### ARTIGO 47º

(Funcionamento)

Ao funcionamento dos Conselhos Regionais aplicam-se as regras respeitantes ao Conselho Nacional, com as necessárias adaptações.

### CAPÍTULO IV

#### DEONTOLOGIA PROFISSIONAL

#### ARTIGO 48º

(Âmbito)

As disposições reguladoras da deontologia dos Topógrafos são aplicáveis a todos os Topógrafos no exercício da sua profissão, qualquer que seja o regime em que esta seja exercida.

## ARTIGO 49º

### (Independência dos Topógrafos)

1. No exercício da sua profissão, o Topógrafo é técnica e deontologicamente independente e responsável pelos seus actos, não podendo ser subordinado à orientação técnica e deontológica de estranhos à Topografia, sem prejuízo da existência de hierarquias institucionais, legal ou contratualmente estabelecidas.

2. No exercício da sua profissão, o Topógrafo deve manter, uma total independência e imparcialidade nos seus estudos, análises, juízos e decisões, evitando desse modo preconceitos que diminuam a sua objectividade bem como causem **discriminações** no que diz respeito a serviços específicos ou a pessoas.

## ARTIGO 50º

### (Competência exclusiva da Câmara)

O reconhecimento da responsabilidade disciplinar dos Topógrafos, emergente de infracção à deontologia dos Topógrafos, é da competência exclusiva da Câmara dos Topógrafos.

## **Secção I**

### **Direitos e Deveres para com a Câmara**

#### **ARTIGO 51º**

##### **(Direitos dos membros efectivos)**

Os membros efectivos gozam, com subordinação às disposições deste Estatuto, dos seguintes direitos:

- e) Participar nas actividades da Câmara, nomeadamente formular livremente crítica à actuação e decisões dos corpos gerentes, sem prejuízo da obrigação de aceitar as decisões democraticamente tomadas.
- f) Eleger os órgãos da Câmara e candidatar-se às eleições.
- g) Consultar as Actas da Assembleia de Representantes e das Assembleias Regionais;
- h) Requerer a convocação da Assembleia de Representantes e das Assembleias Regionais;
- i) Utilizar os serviços oferecidos pela Câmara;
- j) Beneficiar da actividade editorial da Câmara.
- k) Ser esclarecido pelos órgãos respectivos sobre quaisquer questões relacionadas com o orçamento e contas de gerência.

#### **ARTIGO 52º**

##### **(Deveres dos membros efectivos)**

Constituem deveres dos membros efectivos:

3. Cumprir as obrigações do Estatuto, as regras deontológicas e os Regulamentos da Câmara;

4. Participar na prossecução dos objectivos da Câmara;
5. Desempenhar as funções para as quais **tenham** sido eleitos ou escolhidos;
6. Prestar a Comissões e Grupos de Trabalho a colaboração especializada que lhes for solicitada;
7. Contribuir para a boa reputação da Câmara e procurar alargar o seu âmbito de influência;
8. Pagar as quotas e taxas devidas;
9. Sujeitar-se aos poderes disciplinares do Conselho de Jurisdição.

#### ARTIGO 53º

(Direitos dos membros estudantes e correspondentes)

Os membros honorários, estudantes e correspondentes, gozam dos seguintes direitos:

- a) Participar das actividades da Câmara.
- b) Intervir, sem direito a voto nas Assembleias Regionais.
- c) Consultar as Actas da Assembleia de Representantes e das Assembleias Regionais.
- d) Utilizar os serviços oferecidos pela Câmara.
- e) Beneficiar da actividade editorial da Câmara.

#### ARTIGO 54º

(Deveres dos membros estudantes e correspondentes)

Constituem deveres dos membros estudantes e correspondentes:

- a) Cumprir as disposições do Estatuto e dos regulamentos estabelecidos pela Câmara.
- b) Participar na prossecução dos objectivos da Câmara.
- c) Prestar a Comissões e a grupos de trabalho a colaboração especializada que lhes for solicitada.
- d) Contribuir para a boa reputação da Câmara e procurar alargar o seu âmbito de influência.
- e) Pagar as quotas e taxas devidas.
- f) Sujeitar-se aos poderes disciplinares do Conselho de Jurisdição.

## **Secção II**

### **Deveres decorrentes do exercício da profissão**

#### **ARTIGO 55º**

(Deveres para com a sociedade)

##### **1. Constituem deveres dos Topógrafos para com a sociedade:**

- a) Colocar os seus objectivos, conhecimentos e experiência profissionais ao serviço da sociedade;
- b) Providenciar o melhor apoio e serviços possíveis a toda e qualquer pessoa que procure os seus serviços, sem discriminação com base no sexo, idade, cor, etnia, nacionalidade, classe social, língua, opções sexuais, convicções políticas ou religiosas;
- c) Respeitar os direitos humanos, culturais, as tradições, línguas e instituições;
- d) Manter os seus conhecimentos permanentemente actualizados, de modo a desempenhar com competência as suas funções e contribuir para o progresso da Topografia e a sua melhor aplicação ao serviço da comunidade;



- e) Guardar e fazer guardar o segredo profissional;
  - f) Demonstrar sempre honestidade e rectidão, exibindo um espírito de justiça e fidelidade com as pessoas, devendo as suas actuações ser eticamente orientadas;
  - g) Quando confrontado com essa necessidade, prestar à opinião pública informações com a máxima clareza e correcção;
  - h) Contribuir para a protecção do meio ambiente e dos recursos naturais, com o fim último da melhoria da qualidade de vida e do respeito, uso agradável e manutenção de um meio ambiente adequado.
2. O segredo profissional a que se refere a alínea e) do nº 1 abrange tudo aquilo que o Topógrafo possa ter conhecimento por motivo da sua actividade profissional ou por desempenho de cargo na Câmara e cuja divulgação possa ser potencialmente lesiva de terceiros.
  3. A quebra do sigilo só é admissível com autorização expressa do seu cliente, quando a lei o ordene ou quando o Conselho de Jurisdição reconheça que a defesa da dignidade, direitos, interesses e deontologia profissional o impõem;
  4. A quebra do sigilo profissional será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento;
  5. O Topógrafo tem o dever de exigir aos seus colaboradores discrição e a escrupulosa observação do segredo profissional.

### Artigo 56º

(Deveres para com os colegas e outros profissionais)

Constituem deveres dos Topógrafos nas suas relações recíprocas e com os outros profissionais:

- a) Manter relações de cordialidade, deferência e respeito;

- b) Encarar os conflitos profissionais com lealdade e correcção, no respeito cabal da reputação de cada profissional;
- c) Ser solidário com qualquer profissional injustamente ofendido no seu desempenho, dignidade ou imagem profissional;
- d) Não prejudicar os direitos profissionais dos colegas, não aceitando actividades profissionais atribuídas a outro Topógrafo nem incrementando a sua própria actividade, sempre que isso implique uma concorrência desleal e ilícita;
- e) Prestar ao seu substituto todas as informações necessárias à continuidade do trabalho;
- f) Não se apropriar indevidamente de dados ou resultados da actividade alheia;
- g) Zelar pela justa remuneração dos Topógrafos que consigo colaborem;
- h) Promover a actualização, desenvolvimento e aperfeiçoamento próprio e dos demais Topógrafos na área científica e técnica;
- i) Realizar a crítica pública a colegas ou outros profissionais sempre de maneira objectiva e construtiva.

### Artigo 57º

#### (Deveres para com os clientes)

Constituem deveres dos Topógrafos nas suas relações com os clientes:

1. Oferecer os seus conhecimentos, experiência e dedicação necessária para o estudo e a realização óptima dos trabalhos que lhe sejam solicitados;
2. Proteger os interesses do seu cliente, zelando por eles, desde que essa protecção não seja contrária aos legítimos interesses e direitos profissionais ou mesmo da colectividade.
3. Cumprir os requisitos legais e regulamentares aplicáveis aos diferentes trabalhos que lhe sejam confiados.

4. Aconselhar o cliente com o melhor da sua capacidade sobre a complexidade do trabalho que aquele deseja contratar, mantendo-o informado sobre o andamento do mesmo durante a execução, definindo claramente os seus métodos de execução, e os honorários a cobrar.
3. Não aceitar remunerações, por um determinado trabalho, por mais de uma das partes, a não ser que haja conhecimento e a correspondente autorização de todos os interessados.
4. Só aceitar trabalhos para os quais esteja devidamente qualificado e consequentemente se possa responsabilizar.
5. Quando intervenha na adjudicação de uma obra em que participe, deve dar por igual, a todos os concorrentes, as mesmas informações, sendo-lhe vedado comunicar dados sobre as outras propostas.
6. Quando encarregados de dirigir, controlar ou executar qualquer empreendimento, facilitar, em tempo, todos os elementos necessários para a sua correcta execução.
7. Manter, em todas as ocasiões, a sua absoluta independência, não só em relação aos empreiteiros como com os colaboradores e subempreiteiros envolvidos nos trabalhos que participem.

### **Secção III**

#### **Exercício da profissão**

##### **Artigo 58º**

##### **(Modos de exercício da profissão)**

A profissão de Topógrafo pode ser exercida, a título permanente ou ocasional, sempre dependendo de prévia inscrição na Câmara como previsto nestes Estatutos:

- a) Como funcionário público ou trabalhador contratado pela administração central, regional ou local, com excepção daqueles que exerçam funções no Or-

ganismo que exerça prerrogativas de autoridade nacional nos domínios da geodesia, cartografia e cadastro;

b) Como sócio, administrador ou gerente de uma associação ou sociedade;

c) Por conta própria, como profissional independente ou como empresário em nome individual;

d) Como assalariado de outro Topógrafo, de outros profissionais, ou de uma pessoa colectiva.

## **CAPÍTULO V**

### **ACÇÃO DISCIPLINAR**

#### **Secção I**

#### **Disposições Gerais**

##### **Artigo 59º**

(Jurisdição Disciplinar)

Os Topógrafos estão sujeitos à jurisdição disciplinar exclusiva dos órgãos da Câmara, nos termos previstos neste Estatuto e nos respectivos regulamentos.

##### **Artigo 60º**

(Infracção Disciplinar)

Comete infracção disciplinar o Topógrafo que, por acção ou omissão violar dolosa ou negligentemente algum dos deveres decorrentes deste Estatuto, das regras deontológicas, dos Regulamentos, ou das demais disposições aplicáveis.

#### Artigo 61º

##### (Instauração do Processo Disciplinar)

O processo é instaurado mediante decisão do Conselho de Jurisdição, oficiosamente ou com base em participação dos outros órgãos da Câmara, de qualquer membro, ou de qualquer pessoa, devidamente identificada, que tenha conhecimento dos factos susceptíveis de integrarem infracção disciplinar.

#### Artigo 62º

##### (Responsabilidade disciplinar e criminal)

1. A responsabilidade disciplinar é independente da responsabilidade criminal ou civil.
2. Pode, porém, ser ordenada a suspensão de processo disciplinar até decisão a proferir em processo judicial.

#### Artigo 63º

##### (Prescrição do procedimento disciplinar)

1. O procedimento disciplinar prescreve no prazo de três anos sobre a prática da infracção, salvo o disposto no número seguinte;
2. O procedimento disciplinar de titulares de órgãos da Câmara prescreve no prazo de três anos sobre a cessação das respectivas funções;

3. As infracções disciplinares que constituam simultaneamente ilícito penal prescrevem no mesmo prazo que o procedimento criminal, quando este for superior;

4. A responsabilidade disciplinar continua durante o período de cancelamento ou suspensão da inscrição na Câmara e não cessa pela demissão da Câmara, relativamente a factos anteriormente praticados.

## **Secção II**

### **Penas**

#### **Artigo 64º**

##### **(Penas Disciplinares)**

1. As penas disciplinares são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Censura registada;
- c) Multa;
- d) Suspensão;
- e) Expulsão.

2. As penas previstas nas alíneas d) e e) do número anterior são aplicáveis apenas às infracções graves e muito graves no exercício da profissão, não podendo ter como fundamento o incumprimento pelo membro do dever de pagar quotas ou de qualquer outro dever de natureza pecuniária.

3. Exceptua-se do disposto no número anterior o incumprimento pelo membro do dever de pagar quotas que pode dar lugar à aplicação da sanção disciplinar de

suspensão quando se apure que aquele incumprimento é culposos e se prolongue por um período superior a 12 meses.

4. Na situação prevista no número anterior, o pagamento voluntário das quotas em dívida determina a impossibilidade de aplicação disciplinar de suspensão ou a sua extinção, caso já tenha sido aplicada.

5. A sanção disciplinar de expulsão é aplicável quando a infracção disciplinar tenha posto em causa a vida, a integridade física das pessoas ou seja gravemente lesiva da honra ou do património alheios ou de valores equivalentes.

### **Artigo 65º**

(Escolha e medida da pena)

Na escolha e na medida da pena são tomadas em conta o grau de culpa do arguido, a gravidade e as consequências da infracção, os antecedentes profissionais e disciplinares do arguido e todas as demais circunstâncias agravantes ou atenuantes.

## **Secção III**

### **Instrução do Processo**

### **Artigo 66º**

(Instrução)

1. A instrução do processo disciplinar compreende as diligências necessárias ao apuramento da verdade material, devendo o relator pugnar pelo seu regular e rápido andamento.

2. Até à acusação o processo é secreto.

### Artigo 67º

(Apensação de processos)

Estando pendentes vários processos disciplinares contra o mesmo arguido, **que se encontrem na mesma fase processual**, são todos apensados ao mais antigo e proferida uma só decisão, excepto se da apensação resultar manifesto inconveniente.

### Artigo 68º

(Meios de prova)

São admissíveis todos os meios de prova em direito permitidos.

### Artigo 69º

(Termo da instrução)

1. Finda a instrução o relator emite despacho de acusação ou arquivamento ou determina que o processo fique a aguardar a produção de melhor prova.

2. Não sendo proferido despacho de acusação, o relator apresenta o parecer na primeira sessão do Conselho de Jurisdição a fim de ser deliberado o arquivamento do processo e a produção de melhor prova ou determinado que este prossiga com a realização de diligências complementares ou com despacho de acusação.

## **Secção IV**

### **Acusação e defesa**

### Artigo 70º

(Despacho de acusação)



O despacho de acusação deve especificar a identidade do arguido, os factos imputados e as circunstâncias em que os mesmos foram praticados, as normas legais e regulamentares infringidas e o prazo para a apresentação da defesa.

#### Artigo 71º

##### (Notificação da acusação)

1. O arguido é notificado da acusação pessoalmente ou por carta registada com aviso de recepção, com a entrega da respectiva cópia.

2. Se for desconhecida a residência do arguido, é este notificado por edital, com o resumo da acusação a afixar nas instalações do Conselho de Jurisdição e na porta do seu domicílio profissional ou da última residência.

#### Artigo 72º

##### (Defesa)

1. O prazo para apresentação da defesa é de 30 dias.

2. O arguido pode nomear para a sua defesa um representante especialmente mandatado para esse efeito.

3. Com a defesa deve o arguido apresentar o rol de testemunhas, juntar documentos e requerer as diligências necessárias para o apuramento dos factos.

4. Não podem ser indicadas mais de cinco testemunhas por cada facto e o seu total não pode exceder o número de vinte.

#### Artigo 73º

##### (Alegações)

Realizadas as diligências a que se refere o artigo anterior, o interessado e o arguido são notificados para alegarem por escrito em prazos sucessivos de vinte dias.

#### Artigo 74º

(Consulta do processo)

Durante os prazos para a apresentação da defesa e das alegações, o processo pode ser consultado ou confiado para exame.

### **Secção V**

#### **Julgamento**

#### Artigo 75º

(Acórdão)

Finda a instrução, o processo é presente ao Conselho de Jurisdição para julgamento, em reunião daquele órgão, sendo lavrado e assinado o respectivo acórdão por todos os elementos presentes.

#### Artigo 76º

(Notificação)

Os acórdãos finais são notificados ao arguido, aos interessados e ao Presidente da Câmara, sendo ainda publicados no boletim oficial da Câmara as sanções disciplinares quando se apliquem penas de suspensão e expulsão.

## **Secção VI**

### **Processo de inquérito**

#### **Artigo 77º**

(Processo de inquérito)

1. Pode ser ordenada a abertura de processo de inquérito sempre que não esteja concretizada a infracção ou não seja conhecido o seu autor e quando seja necessário proceder a averiguações destinadas ao esclarecimento dos factos.

2. O processo de inquérito regula-se pelas normas aplicáveis ao processo disciplinar em tudo o que não esteja especialmente previsto.

#### **Artigo 78º**

(Termo de instrução em processo de inquérito)

1. Finda a instrução, o relator emite um parecer fundamentado em que propõe o prosseguimento do processo como disciplinar ou o seu arquivamento, consoante considere existirem ou não indícios suficientes da prática de infracção disciplinar.

2. O relator apresenta o seu parecer em reunião do Conselho de Jurisdição a fim de ser deliberado que o processo prossiga como disciplinar, seja arquivado ou sejam realizadas diligências complementares.

## **Secção VII**

### **Execução das decisões**

#### **Artigo 79º**

(Execução das decisões)

Compete ao Presidente da Câmara dar execução às decisões disciplinares, podendo essa competência ser delegada nos presidentes dos Conselhos Regionais onde o arguido tenha domicílio profissional.

### Artigo 80º

(Início do cumprimento da sanção de suspensão)

1. O início do cumprimento da sanção disciplinar de suspensão **tem início a partir do dia seguinte àquele em que a decisão se torne definitiva.**
2. Se, à data da notificação da sanção, estiver suspensa ou cancelada a inscrição do arguido, o cumprimento da pena de suspensão tem início a partir do dia imediato àquele em que tiver lugar o levantamento da suspensão da inscrição ou a reinscrição ou a partir do termo da anterior pena de suspensão

## SECÇÃO VIII

### Revisão

### Artigo 81.º

(Condições de concessão de revisão)

As decisões com trânsito em julgado apenas podem ser revistas pelo Conselho de Jurisdição, nos seguintes casos:

- a) Quando se tenham descoberto novos factos ou novas provas documentais suscetíveis de alterar a decisão proferida;
- b) Quando uma outra decisão transitada em julgado declarar falsos quaisquer elementos de prova suscetíveis de terem determinado a decisão revidenda;

c) Quando se mostrar, por exame psiquiátrico ou outras diligências, que a falta de integridade mental do arguido condenado poderia ter determinado a sua inimputabilidade.

#### Artigo 82.º

##### (Legitimidade)

O pedido de revisão das decisões deve ser formulado, em requerimento, pelo interessado ou pelo arguido condenado ou, tendo estes falecido, pelos seus descendentes, cônjuges ou irmãos.

#### Artigo 83.º

##### (Instrução)

1- Apresentado o pedido, é efetuada a distribuição, sendo posteriormente o arguido ou o interessado notificados para responder ao pedido de revisão no prazo de um 30 dias.

2- Com o pedido e a resposta é oferecida toda a prova.

#### Artigo 84.º

##### (Julgamento)

1- Realizadas as diligências requeridas e as que tiverem sido consideradas necessárias, o relator elabora o seu parecer, seguindo o processo com 5 dias a cada um dos membros conselho.

2- Findo o prazo de visto, o processo é submetido à deliberação do conselho.

3- A concessão de revisão tem de ser votada pela maioria absoluta dos membros do conselho.

## **SECÇÃO IX**

### **Reabilitação**

#### **Artigo 85.º**

(Reabilitação de Topógrafo expulso)

1- Independentemente do pedido ou proposta de revisão da decisão, o Topógrafo punido com a pena de expulsão pode ser reabilitado, caso em que recupera plenamente os seus direitos, desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Tenham decorrido mais de 10 anos sobre a data em que se tornou definitiva a decisão que aplicou a pena de expulsão;

b) O reabilitando tenha revelado boa conduta, podendo, para o demonstrar, utilizar os meios de prova admitidos em direito.

2- É aplicável ao pedido de reabilitação, com as necessárias adaptações, o disposto a propósito do processo de revisão da pena.

3- A decisão de reabilitação é publicitada nos mesmo termos em que a pena de expulsão.

## **Secção X**

### **Direito Subsidiário**

#### **Artigo 86.º**

(Direito Subsidiário)

Ao exercício do poder disciplinar da Câmara dos Topógrafos, em tudo o que não estiver previsto no presente Estatuto e respetivos regulamentos, é subsidiariamente aplicável,

com as necessárias adaptações, o Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas.

## **CAPÍTULO VI**

### **REFERENDOS INTERNOS**

#### Artigo 87º

##### (Objecto)

1. A Câmara pode realizar, a nível nacional, referendos internos com carácter vinculativo aos seus membros, destinados a submeter a votação as questões que o Conselho Nacional considere suficientemente relevantes.

2. A conformidade legal e estatutária da realização de referendos será obrigatoriamente submetida à apreciação do Conselho de Jurisdição, que terá que se pronunciar sobre a mesma num prazo máximo de quinze dias.

3. São obrigatoriamente submetidas a referendo interno as propostas de dissolução da Câmara.

2. As questões devem ser formuladas com clareza e para respostas de sim ou não.

3. As questões referentes a matérias que o presente Estatuto cometa à competência deliberativa de qualquer órgão nacional só podem ser submetidas a referendo mediante autorização desse órgão.

#### Artigo 88º

##### (Organização)

1. Cabe ao Conselho Nacional fixar a data do referendo interno e organizar o respectivo processo.

2. O teor das questões a submeter a referendo interno é divulgado junto de todos os membros da Câmara e deve ser objecto de reuniões de esclarecimento e debate.

3. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as propostas de alteração às questões a submeter a referendo interno devem ser dirigidas por escrito ao Conselho Nacional, durante o período de esclarecimento e debate, por membros da Câmara devidamente identificados;

4. As propostas de referendo interno subscritas por um mínimo de 3% dos membros efectivos da Câmara no pleno gozo dos seus direitos não podem ser objecto de alteração.

#### Artigo 89º

(Efeitos)

1. O efeito vinculativo do referendo interno depende de o número de votantes ser superior a metade dos membros efectivos inscritos nos cadernos eleitorais.

2. Os resultados dos referendos internos são divulgados pelo Conselho Nacional após o seu apuramento.

### **CAPÍTULO VII**

#### **RECEITAS E DESPESAS DA CÂMARA**

#### Artigo 90º

(Enumeração das receitas)

1. São receitas da Câmara:

- a) O produto das taxas cobradas pela prestação de serviços;
- b) O produto das quotas dos seus membros;



- c) Subsídios, doações, heranças ou legados;
- e) Rendimentos de bens próprios, móveis ou imóveis, fundos de reserva ou capitais depositados;
- f) O produto de publicações, estudos, relatórios, prestações de serviços ou outras actividades da Câmara;
- g) Quaisquer outras receitas eventuais.

2. O património social da Câmara é único, embora o uso dos seus bens possa estar adstrito a delegações regionais.

## Artigo 91º

### (Receitas das Delegações Regionais)

#### 1. Constituem receitas das Delegações Regionais:

- a) A percentagem do montante das quotizações dos membros inscritos pela delegação que seja fixada anualmente;
- b) O produto das actividades editoriais e dos serviços da Delegação Regional;
- c) Subsídios, doações ou ofertas concedidas por quaisquer pessoas singulares ou colectivas à Delegação Regional;
- d) O rendimento de bens móveis e imóveis da Câmara afectos à Delegação Regional, bem como de fundos de reservas e capitais depositados pela Delegação;

2 . As Delegações Regionais poderão solicitar ao Conselho Nacional o financiamento extraordinário das suas actividades, o qual avaliará o pedido e incluirá esse financiamento na sua proposta de orçamento, no caso de o aprovar;

3 . No caso de actividades e serviços promovidos conjuntamente por uma Delegação Regional e pelo Conselho Nacional, o produto, deduzidas as respectivas despesas, constituirá em partes iguais receita nacional e regional;

4 . Em casos excepcionais de crise financeira, poderá o Conselho Nacional, mediante parecer positivo do Conselho Fiscal, dispor das receitas das delegações regionais.

#### Artigo 92º

##### (Movimentação das despesas)

Nenhuma despesa ou movimentação de conta pode ser efectuada sem a assinatura do presidente e do tesoureiro do respectivo órgão.

#### Artigo 93º

##### (Despesas)

São as seguintes as despesas da Câmara:

- a) Todas as decorrentes do exercício das suas atribuições, actividades e iniciativas, consoante as deliberações do Conselho Nacional e da Assembleia de Representantes, de harmonia com o presente Estatuto e regulamentos;
- b) Os encargos que derivem da adesão da Câmara a federações, confederações ou outros organismos;
- c) Todas as demais que lhe forem impostas pela lei vigente.

#### Artigo 94º

##### (Orçamento e gestão financeira)

- 1. O orçamento e as contas da Câmara são elaborados em correspondência com o ano civil.
- 2. O orçamento e as contas do Conselho Nacional e o orçamento e as contas de cada um dos Conselhos Regionais, devidamente aprovados pelos

respectivos órgãos, serão consolidados no orçamento e nas contas da Câmara, após deliberação favorável da Assembleia de Representantes.

3. As finanças da Câmara estão sujeitas às regras de equilíbrio orçamental e limitação do endividamento estabelecidos em diploma próprio.

4. A realização de despesas com aquisição de bens e serviços e com empreitadas estão sujeitas ao regime do Código dos Contratos Públicos.

5. A contratação de pessoal segue o regime do Código do Trabalho, devendo ser precedida de um processo de selecção que obedeça aos princípios da igualdade, da transparência, da publicidade e da fundamentação com base em critérios objectivos de selecção, sendo as respectivas regras fixadas por regulamento interno.

#### Artigo 95º

(Encerramento)

As contas da Câmara são encerradas em 31 de Dezembro de cada ano.

### **CAPÍTULO VIII**

#### **TUTELA, CONTROLO JUDICIAL E RESPONSABILIDADE**

#### Artigo 96º

(Tutela administrativa)

1. O Ministro ..., exerce tutela de legalidade, de natureza inspectiva, sobre a Câmara, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. Carecem de aprovação tutelar do Ministro referido no número anterior os regulamentos da Câmara que versem sobre estágios profissionais,

provas profissionais de acesso à profissão, quotas e taxas associativas e especialidades profissionais.

3. A aprovação é dada no prazo de 90 dias, findos os quais se considera dada caso não haja decisão em contrário

### Artigo 97º

#### (Controlo judicial)

1. Sem prejuízo da utilização dos meios de impugnação administrativa previstos no Código do Procedimento Administrativo, os litígios emergentes do exercício de poderes públicos pelos órgãos da Câmara estão sujeitos à jurisdição administrativa e fiscal nos termos das respectivas normas de processo e demais legislação aplicável.
2. Podem impugnar a legalidade dos actos e regulamentos da Câmara:
  - a. Os interessados como tal considerados pelas leis de processo administrativo;
  - b. O Ministério Público;
  - c. O Ministro da tutela.
  - d. O Provedor de Justiça.

### Artigo 98º

#### (Relatório Anual)

A Câmara elabora anualmente um relatório sobre o desempenho das suas atribuições que apresenta à Assembleia da República e ao Governo.

## **CAPÍTULO IX**

### **INSTALAÇÃO**

#### **Artigo 99º**

##### **(Comissão Instaladora)**

1. A prática dos actos necessários à eleição da Assembleia de Representantes e dos restantes órgãos previstos nestes Estatutos incumbe a uma comissão instaladora, a qual deverá cumprir estes objectivos no prazo máximo de um ano contado da sua constituição.

2. Os membros desta comissão são nomeados pelo membro do Governo que exerce os poderes de tutela sobre a Câmara.